



**MINISTÉRIO DA CIDADANIA  
GABINETE DO MINISTRO**

OFÍCIO Nº 4563/2020/GM/MC

A Sua Excelência a Senhora  
Deputada SORAYA ALENCAR DOS SANTOS  
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados  
Brasília, Distrito Federal  
E-mail: primeira.secretaria@camara.leg.br

Assunto: **Requerimento de Informação nº 371, de 2020.**

Referência: *Ofício 1ªSec/RI/E/nº 1207, de 05 de maio de 2020.*

Senhora Primeira-Secretária,

Com meus cordiais cumprimentos, faço referência ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 1207, de 05 de maio de 2020, pelo qual a Exma. Sra. Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados, Deputada Federal Soraya Alencar dos Santos (PL/RJ) apresenta o Requerimento de Informação nº 371, de 2020, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Federal José Ricardo Wendling (PT/AM), em que solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni e ao Presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, *em razão de denúncias referente ao atraso do pagamento do auxílio emergencial, bem como a falta de informação para as pessoas que fizeram o cadastro pelo aplicativo e site, e ainda os que já estavam no Cadastro Único do Governo Federal e que estão a mais de uma semana com a mensagem "em análise".*

A esse respeito, encaminho a manifestação da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, área responsável pelo assunto, exarada pelo OFÍCIO Nº 1367/2020/SEDS/MC, de 12 de junho de 2020, acompanhada dos respectivos anexos.

Na expectativa de haver atendido à solicitação de Vossa Excelência, bem como ao autor do Requerimento, permaneço à disposição para prestar eventuais informações complementares sobre o assunto e demais ações implementadas por este Ministério.

Atenciosamente,

ONYX DORNELLES LORENZONI  
Ministro de Estado da Cidadania

Anexos:

I - OFÍCIO Nº 1367/2020/SEDS/MC (7872502) e anexos (7441879, 7530573, 7626731 e 7626925).



**Cidadania**, em 19/06/2020, às 19:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **7978372** e o código CRC **86C5F844**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º andar - CEP: 70054-906 - Brasília, Distrito Federal Gabinete: Telefone: (0\*\*61) 2030-1574

71000.024381/2020-12 -  
SEI nº 7978372



**MINISTÉRIO DA CIDADANIA**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**Secretaria Especial de Desenvolvimento Social**

OFÍCIO Nº 1367/2020/SEDS/MC

Ao Senhor  
Cícero da Silva Rocha  
Diretor Parlamentar e Federativo - Substituto

**Assunto: Requerimento de Informação nº 371, de 2020 (SEI 7437657).**

*Referência:* Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 71000.024381/2020-12.

Senhor Diretor Parlamentar e Federativo - Substituto,

1. Reporto-me ao Ofício nº 249/2020/ASPAR/MC (SEI 7437659), que solicita manifestação acerca do Requerimento de Informação nº 371, de 2020 (SEI 7437657), de autoria do Exmo. Sr. Deputado Federal José Ricardo - PT/AM, em que Solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni e ao Presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, *em razão de denúncias referente ao atraso do pagamento do auxílio emergencial, bem como a falta de informação para as pessoas que fizeram o cadastro pelo aplicativo e site, e ainda os que já estavam no Cadastro Único do Governo Federal e que estão a mais de uma semana com a mensagem "em análise"*.

2. Sobre o assunto, consta manifestação técnica da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC vinculada a esta Secretaria Especial, no exercício de suas respectivas competências regimentais, assim consubstanciada:

Nota Técnica nº 41/2020 (SEI 7441879); e

Tabela Relatório Físico Financeiro\_AM (SEI 7530573).

3. Ainda, encaminho a manifestação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI:

Nota Técnica nº 48/2020 (SEI 7626731); e

Anexo (SEI 7626925).

4. Sendo o que se apresenta para o momento, coloco a equipe desta Secretaria Especial à disposição para fornecer esclarecimentos complementares eventualmente necessários.

Atenciosamente,

SÉRGIO AUGUSTO DE QUEIROZ  
Secretário Especial de Desenvolvimento Social



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Augusto de Queiroz, Secretário(a) Especial de Desenvolvimento Social**, em 12/06/2020, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **7872502** e o código CRC **62CD5D81**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco 'A' - Bairro Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF - CEP 70054-906 -  
www.cidadania.gov.br

71000.024381/2020-12 -  
SEI nº 7872502





MINISTÉRIO DA CIDADANIA  
DEPARTAMENTO DO CADASTRO ÚNICO

NOTA TÉCNICA Nº 48/2020

**PROCESSO Nº 71000.024381/2020-12**

INTERESSADO: Deputado Federal José Ricardo/AM

**1. ASSUNTO**

1.1. Solicita informações sobre o pagamento do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982/2020 no estado do Amazonas.

**2. REFERÊNCIAS**

2.1. Lei nº 13.982/2020.

2.2. Requerimento de Informações nº 371/2020.

**3. SUMÁRIO EXECUTIVO**

3.1. Apresenta manifestação do DECAU/SAGI acerca do Requerimento de Informações nº 371/2020, do Deputado José Ricardo (AM), sobre o pagamento do auxílio emergencial, especificamente no que se refere aos trabalhadores informais, desempregados, microempreendedores individuais, autônomos e pessoas inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CADUNICO).

**4. ANÁLISE**

4.1. A Lei nº 13.982/2020 instituiu o auxílio emergencial a trabalhadores informais, autônomos, desempregados, microempreendedores individuais, contribuintes individuais do Regime de Previdência Social, pessoas inscritas no CADUNICO e beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), no âmbito da pandemia de COVID-19 que, disseminada em escala global, atinge igualmente a sociedade brasileira. Na ausência de medicamentos que imunizem o ser humano às infecções causadas pela contaminação do referido vírus, as medidas de isolamento social têm sido adotadas como estratégia para minimizar a contaminação e, assim, tentativamente reduzir a quantidade de óbitos e outros males associados à doença. Entretanto, o isolamento social produz externalidades negativas, notadamente a paralisia da atividade econômica, gerando riscos de falências, rompimento de vínculos empregatícios e perda abrupta de renda, afligindo empresas, empregados formais, empreendedores individuais, trabalhadores por conta própria e empregados informais. O referido auxílio emergencial surge como um esforço para minimizar o impacto decorrente dessa grave situação sanitária e de seus reflexos econômicos.

4.2. Em atenção aos procedimentos adotados por esta Pasta da Cidadania para minimizar dificuldades experimentadas por cidadãos pleiteantes do referido auxílio emergencial, ressalte-se que a Lei nº 13.982/2020 foi sancionada em 2 de abril do corrente e os primeiros pagamentos do auxílio emergencial iniciados em 09 de abril. Trata-se de operação complexa, protagonizada por esta Pasta da Cidadania, pela Caixa Econômica Federal e pela DATAPREV, que envolveu a formulação, desenho e operacionalização da estrutura de divulgação, cadastramento (de trabalhadores informais, por meio de aplicativo desenvolvido especificamente para esta situação), cruzamento de bases de dados para elegibilidade ao auxílio financeiro e o próprio pagamento do benefício emergencial. Tal empreitada não ocorreu sem dificuldades operacionais, frente as quais este Ministério da Cidadania não tem medido esforços para dirimi-las, buscando garantir o pronto apoio às populações em situação de desemprego e perda de renda, com especial atenção a aprimoramentos continuados no aplicativo CAIXA Auxílio Emergencial; organização de postos e agências em dias e horários específicos para atendimento ao

público do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982/2020; e publicização em todos os canais de orientações para que o público compareça às agências e postos única e exclusivamente nos dias especificados para recebimento do auxílio emergencial.

4.3. Em atenção à demanda por informações sobre o atendimento do auxílio emergencial no estado do Amazonas e seus municípios, segue anexo a planilha detalhando os dados físico-financeiros, observando-se que se referem às pessoas inscritas no CADUNICO e aos trabalhadores informais, autônomos, microempreendedores individuais e contribuintes individuais do Regime Geral da Previdência Social, conforme determinado no art. 2º da Lei nº 13.982/2020. As informações pertinentes aos beneficiários do Programa Bolsa Família que apoiados pelo auxílio emergencial são de competência da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania.

## 5. DOCUMENTOS RELACIONADOS

5.1. Planilha "Auxílio - AMAZONAS" (SEI nº 7626925).



Documento assinado eletronicamente por **Walter Shigueru Emura, Diretor(a) do Cadastro Único**, em 14/05/2020, às 20:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **7626731** e o código CRC **D611F8F8**.

## ANEXO